

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 6ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 21 de fevereiro de 2017, com início às quatorze horas e trinta e cinco minutos sob a Presidência do Vereador GUGU BUENO, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. PEQUENO **EXPEDIENTE** – Ofício nº 3/2017 da Comissão de Viação, obras públicas e urbanismo, informando sobre data e horário de suas reuniões; Parecer nº 9 favorável da Comissão de Justiça e redação ao Projeto de lei nº 9/2017; Parecer nº 19 favorável da Comissão de Justiça e redação ao Projeto de lei nº 27/2017; Parecer nº 5 favorável da Comissão de Viação, obras públicas e urbanismo ao Projeto de lei nº 9/2017; Parecer nº 2 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei nº 27/2017; Ofício GAB nº 83/2017, do Executivo Municipal que requer inclusão na pauta de votação de forma urgente do Projeto de lei nº 29/2017; Requerimentos nº 31, 33 a 50 e 53/2017; Indicações nº 124 a 171/2017; 12 comunicados do Ministério da Educação informando sobre liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do FNDE. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Mazutti, Celso Dal Molin, Olavo Santos, Paulo Porto, Jaime Vasatta e Fernando Hallberg. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. Antes temos uma homenagem proposta pelo vereador Mazutti ao senhor Selvino Mucelin em comemoração aos seus cinquenta anos de profissão, bem como, pela honrosa e importante folha de serviços prestados ao desenvolvimento e crescimento da cidade de Cascavel. Quero convidar o autor proponente pra que faça uso da palavra. - Vereador Mazutti: Agradeço pela aprovação do requerimento nº 2/2017 onde propusemos voto de louvor e congratulações ao contabilista Selvino Mucelin. Cumprimento todos os contabilistas presentes prestigiando esse ato de louvor e congratulações a um contabilista cinquentenário senhor Selvino Mucelin. Nós propusemos este voto de louvor e congratulações simples, mas uma justa homenagem a um homem que tanto contribuiu com o desenvolvimento de Cascavel. O senhor Selvino Mucelin nasceu dia 21 de agosto de 1939 em Guaporé - RS, desde menino ajudava e trabalhava com os pais na agricultura na região de Casca e Serafina Correia – RS. Posteriormente mudou para Francisco Beltrão, Paraná. Em 1975 mudouse pra Salto do Lontra. Entre os anos de 68 e 72 ainda atuou na região do sudoeste do estado do Paraná em Dois Vizinhos onde se formou técnico em contabilidade. Depois mudou-se pra Cascavel onde reside até hoje. Este ano abriu seu próprio escritório contábil onde permanece atuando até a presente data. O senhor Selvino Mucelin, além de cinquentenário profissional contábil prestou sua contribuição à classe contábil de forma gratuita e voluntária exercendo as funções de tesoureiro do Sincovel entre 1997 a 2000. Também foi conselheiro do Conselho regional de contabilidade nos anos de 2006



ESTADO DO PARANÁ

a 2009. Quero convidar pra fazer uso da palavra, os filhos Carlos e Paulo Mucelin. (No uso da palavra Carlos Mucelin falou mais sobre a história do seu pai e agradeceu a homenagem, em seguida seu irmão Paulo Mucelin também fez uso da palavra, agradeceu novamente e cantou uma música em homenagem a seu pai) – Presidente: Convido o homenageado senhor Selvino Mucelin, sua esposa, filhos, netos e também os vereadores que venham acima pra que a gente possa fazer a entrega da homenagem. Vamos iniciar a ordem do dia. INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA: -Não houve nenhuma solicitação neste sentido. ORDEM DO DIA: - Presidente: Temos o veto total ao Projeto de lei nº 02/2016 o qual coloco em discussão, então, o veto total ao Projeto de lei nº 02/2016. Em discussão o veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Gostaria dos meus 10 minutos regimentais por ser autor do projeto. - Presidente: Prorrogue-se o tempo do vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Raras vezes vi um projeto ser tão combatido de forma tão violenta pelos donos dessa cidade, pelos donos da mídia, pelos donos das empresas e pelos donos do capital. Raras vezes vi os portais de notícias de Cascavel assim como seus jornalistas lutarem tanto contra um projeto de lei, e raras vezes vi tantas mentiras e tanta desinformação. Os defensores do veto apresentam apenas 5 argumentos contra o projeto e contra os trabalhadores. Vamos aos argumentos. Primeiro: esse modelo é único no Brasil. Cascavel inventou o modelo. Segundo: é inconstitucional. Terceiro: só interessa ao sindicato, não aos usuários. Quarto: esse projeto vai impactar de forma significativa no aumento das passagens. Quinto: o impacto será de 20 centavos. Vamos aos argumentos. Primeiro: este modelo é único no Brasil. Mentira. Quero afirmar que o diretor de comunicação da ACIC, que coincidentemente é assessor de imprensa das empresas, mente quando afirma isso. Este modelo já é utilizado há muitos anos em Belo Horizonte e Sorocaba inclusive com êxito devido à mobilidade urbana e social. Dois: esse projeto é inconstitucional, não pode ser feito pelo Executivo. Mentira lançada pelos advogados das empresas e comprada por alguns vereadores. Essa afirmação é no mínimo duvidosa, uma afirmação falaciosa. Afinal, se o Projeto de lei do agente de bordo é inconstitucional porque cargas d'água a bilhetagem eletrônica é constitucional se foi feita pelo mesmo Legislativo? Ou só vale quando é favor do patrão e não quando é a favor do trabalhador? Três: só interessa ao sindicato sem nenhuma serventia pra o usuário. Com certeza, quem esgrime esse argumento nunca andou de ônibus, nunca sofreu assédio sexual num coletivo, nunca se colocou na posição de um cadeirante, nunca usou ônibus em horário de pico, e é óbvio que a antiga figura do cobrador, assim como agente de bordo traz mais segurança e qualidade pra o usuário e mais humanização, essa palavra tão cara que o Executivo vem utilizando, mas parece que não vem praticando. Inclusive o próprio motorista que teve seu serviço precarizado devido à dupla função, devido à bilhetagem eletrônica, mais um falso argumento. Quarto: vai aumentar o impacto em termo de custo de passagem. Este talvez seja o argumento mais mentiroso, mais vergonhoso que vem sendo utilizado pelas empresas e pelos seus porta-vozes, tanto aqui no Legislativo, como no Executivo, como na grande mídia. O fato é que mesmo com a demissão de 215 funcionários ao longo desse ano pelas empresas, o custo desses funcionários, mesmo ausentes, segue



ESTADO DO PARANÁ

impactando na planilha. As empresas seguiram de maneira oportunista repassando todo custo, inclusive dos que já foram demitidos para os usuários. As empresas trabalham com a famosa lei de Gerson: o que é bom, a gente acumula, o que é ruim a gente repassa. E fica a pergunta: até quando essa Casa, o Executivo, vão tolerar esse comportamento abusivo das empresas com os usuários cascavelenses? Lembrando que o transporte urbano é uma concessão pública. A verdade é que se somarmos os antigos cobradores que hoje se encontram em desvio de função e função nenhuma e que serão os novos agentes de bordo e todos os que foram demitidos e que seguimos pagando na planilha, se houver, haverá impacto mínimo ou quase nenhum. Mais uma falácia, mais uma mentira das empresas repetidas de forma obsessiva pela grande mídia e, lamentavelmente, por alguns vereadores e pelo Executivo. Chegamos aos 20 centavos. Como as empresas chegaram neste número? Por meio das planilhas fornecidas pelas empresas, fiscalizadas pelas empresas. Vejam que bom negócio: as empresas fornecem as planilhas, analisam as planilhas e chegam ao número mágico de 20 centavos. Não é a toa que essas empresas se revezam por décadas na exploração do transporte coletivo em Cascavel, não é a toa que tem sido um excelente negócio pra essas empresas. A verdade é que nunca houve uma auditoria independente dessas planilhas, e a Cettrans, que deveria ser o órgão fiscalizador dessas planilhas, mais age como uma linha auxiliar das empresas do que uma defensoria do serviço público. Vale destacar que nas últimas décadas, ainda que a qualidade do transporte tenha piorado, nunca, jamais a Cettrans deu uma multa ou advertência às empresas. Assim como vale lembrar que o atual contrato se encontra sob investigação do Ministério Público, pois o Executivo ao renovar o contato do transporte urbano com as mesmas empresas, sintomaticamente mudou a cláusula de ganho de quilômetro rodado para usuário transportado, o que certamente é contra as leis da licitação e que explica essa obsessão do PDI em concentrar usuários nos terminais, afinal é muito mais lucrativo agora concentrar os usuários do que apanhá-los em linhas distantes. Pelo histórico das empresas, tudo indica que os 20 centavos não são verdadeiros e se fossem, que as empresas pela primeira vez absorvessem o impacto, até porque elas têm ganho sempre com a tolerância do Executivo. Nem argumento pelo veto se sustenta, ou são ingênuos ou mentirosos. Estamos neste momento numa disputa de proporções bíblicas em Cascavel como Davi e Golias. De um lado os usuários, cadeirantes e suas famílias e do outro lado, rugindo, os donos da cidade, os donos das empresas e a grande mídia. De que lado vocês ficarão? De que lado esta Casa ficará? Do lado de Golias? Espero que não, porque lamentavelmente o Executivo já se encontra com ele. Em nome dos trabalhadores, dos usuários, peço voto contrário ao veto e pela derrubada deste veto e pela vitória do projeto de agente de bordo. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Ratifico cada palavra proferida pelo vereador Paulo Porto, cada item da sua fala e venho só puxar uma questão histórica: essa concessão de serviço público em Cascavel. Nós começamos 2001 e nós tivemos uma renovação dessa concessão sem que fosse realizada uma nova licitação. Simplesmente se renovou, simplesmente porque assim o gestor quis e me parece que em Cascavel quando o gestor quer, tudo é possível. Não



ESTADO DO PARANÁ

se analisa a legalidade, não se analisa constitucionalidade, não se analisa mais nenhuma informação, somente a vontade do gestor público. Mas, quando não é vontade do gestor público, tudo é analisado, e nós tivemos inclusive a mudança do objetivo do contrato de uma concessão pública. Não é uma simples brincadeira. Estamos falando de uma coisa muito séria. Uma concessão é um contrato pra 10 anos e é amarrado e se alterou e esse contrato é o mesmo que você fazer um contrato pra 20 anos. É absurdo que isso aconteça. Isso nos levanta indícios de que alguma coisa não está certa, inclusive com alteração de km por passageiro, mais ainda quando quem fiscaliza isso é um convênio formado pelas duas empresas, e nós aqui nessa Casa fizemos várias perguntas a essas empresas, por exemplo: se fala muito do impacto do agente de bordo, mas se perguntou qual o impacto da Vale sim na tarifa? Qual o percentual da Vale sim? Nós perguntamos e eles não sabiam responder. Eles não sabiam nem quantos funcionários tinha a empresa. Eles não sabiam responder nem quantos pediram demissão, nem quantos foram realocados, mas eles só sabem dizer que vai aumentar a tarifa se tiver o agente de bordo, mas não nos apresentaram nenhuma planilha, nenhuma informação técnica pra que houvesse a possibilidade de análise. Mas, independente da votação de hoje, vamos analisar cada centímetro de documento, de planilha, de maneira técnica e pericial para verificar se houve qualquer erro na tarifação e se a população de Cascavel pagou nem que seja qualquer centavo a mais e vamos cobrar das empresas se isso aconteceu. Porque talvez não nesses 30 dias a gente não conseguiu, mas eu garanto que no decorrer nos próximos dias nós vamos conseguir todas as informações. Por isso o que está em discussão aqui jamais poderia ser interesse das empresas ou interesse do sindicato. Teria que ser o interesse público e no interesse público os exemplos que vimos não poderia reajustar a tarifa se fosse somente acrescentando os 30% de agente de bordo porque teriam que sair 100% de cobradores e essa conta não fecha. Vocês concordam? Se sai 100% e sobe 30% por que vai aumentar a tarifa? Teria que descontar 70% ainda. Que matemática é essa? Sempre fui bom aluno de matemática, mas até uma criança de 6 anos faz essa conta e essa conta não fecha. Meu voto é pela derrubada do veto, pela melhor prestação do serviço público em Cascavel e se daqui algum tempo consultarmos a população e ela achar que não é certo, que se tire os agentes de bordo, mas agora, que se coloque sim e que a gente teste porque não tem outra maneira de se saber o resultado. A outra alegação da empresa é que baixou o número de passageiros. Será que não baixou pela má qualidade do serviço? É isso que tinha pra falar. Obrigado. (-Peço a palavra) -Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. - Vereador Celso Dal Molin: Vamos lembrar uma lei quando este projeto agente de bordo vem é um projeto de lei que quer garantir também o emprego e função que tinha de cobradores nessa cidade. O artigo quinto da bilhetagem eletrônica, lei que foi aprovada nesta Casa, no seu parágrafo único, que foi aprovado por esta Casa, garantia que: requalificação dos empregados das concessionárias que serão relocados para outras funções. Eu queria que o rapaz colocasse lá uma foto que nós deixamos com ele lá que nós vamos mostrar pra onde foram relocados os funcionários que não podiam perder os seus empregos. Lembrando, senhor presidente, como sou autor do projeto também quero os 10 minutos que me



ESTADO DO PARANÁ

cabem. - Presidente: 5 minutos. Relator? Concedido. - Vereador Celso Dal Molin: Temos, então, na lei, artigo 5º, que não podia de maneira nenhuma, foi um acordo que foi colocado na lei de não mandar embora nenhum dos cobradores que estavam nas empresas. Vou mostrar pra vocês uma listagem. Mais de 150 já foram tirados dos quadros de funcionários das empresas. Descumpriu-se o acordo. A implantação da bilhetagem eletrônica só trouxe desemprego pra cidade de Cascavel pra beneficiar empresas e patrões. Estamos trabalhando na contramão do emprego. Enquanto se fala em gerar emprego para benefício de algumas empresas e alguns empresários, o desemprego está acontecendo. Aí está uma listagem, não dá para você ver bem, mas algumas pessoas são mais de 150, está escrito ali: demissão sem justa causa. Esse pessoal que está aí, o nome que está aí na listagem não podia ser mandado embora da empresa porque está na lei, está no artigo que acabei de ler para os senhores, mas a empresa não cumpriu isso. As empresas não quiseram nem saber disso. Então, precisamos abraçar essa luta. Qual é o benefício que veio para nós com a implantação da bilhetagem eletrônica? Ficou mais fácil para umas pessoas, ficou. Mas quando olhamos para o quadro de funcionários, quanto eles lucraram mais, e se nós colocarmos mais de 150 funcionários e nós calcularmos em torno de uma economia de R\$ 200.000,00 por mês com 150 que eles tiraram dos quadros de funcionários deles por que isso não veio de desconto então na tarifa? Por que não veio melhorar o transporte em Cascavel? Quero lembrar aos senhores que toda a estrutura que existe na cidade é fornecida pelo município e eles usam. Nós temos alguns lugares que diminuiu o número de passageiros. Verdade. Tem. O que a empresa fez? Tirou os ônibus de lá. Pegou um outro ônibus de outra linha, passou por lá para pegar aqueles passageiros. Quando se cobrava por passageiro era ônibus grande como é agora e se entulha todo mundo lá dentro. Quando era por quilômetro rodado colocaram micros para dar mais quilômetros. E é assim que as empresas trabalham. Nós somos a favor dos empresários, a favor do progresso, mas nós somos a favor que não venha para tentar usar de artifício pra gerar desemprego numa situação como essa. Já hoje temos 152 pessoas ou mais sem seu emprego. Independente de passar o veto ou não passar o veto, já temos 150 pessoas que estão sem trabalho. Por quê? Justa causa. Pagaram os direitos, mas são homens e mulheres que estão desempregados. Eu não sei se algum dos senhores já passou a situação de ficar desempregado sem seu emprego, sem seu alimento, sem o sustento da sua família. E quando vemos que uma das empresas que é lá de Minas Gerais, esse lucro cai no caixa deles, é mandado para lá, tira-se receita de Cascavel e se envia uma receita lá para outro estado, para outra cidade. A ACIC tem que saber que quem está perdendo é o comércio porque quando essas pessoas estão desempregadas não estão gastando no mercado, nas lojas da nossa cidade, mas lá em Uberlândia, lá em Minas Gerais a empresa está tendo o seu lucro. Nós queremos saber como vai ficar agora. Vamos colocar que esse veto se mantido, está garantido o emprego dessas pessoas? Como que está garantindo? A prova está aí que eles não cumpriram o outro contrato. A lei eles não cumpriram antes, vão cumprir esta? Como vão cumprir? Independente. É uma mentira que as empresas dizem. Elas mentem quando dizem que tem que aumentar o vale transporte se autorizar o agente de bordo. Já está na planilha, essas



ESTADO DO PARANÁ

pessoas já estão lá na folha de pagamento, essas pessoas já tem um custo para as empresas. Então, ela mente que tem que aumentar. Então, como é que fica? É o prefeito dessa cidade, é a Cettrans bater o pé e diz que não. Aprovou o agente de bordo e a tarifa só vai ter aumento de acordo como diesel, pneu e o aumento foi dado pra os funcionários. Pelo fato de segurarem o agente de bordo não vai ter aumento nenhum. Quem determina o aumento no transporte é o Poder Executivo. Precisamos agora do apoio do Executivo em dizer que não vai aumentar. Ou alguém acha que as empresas vão cumprir mais essa determinação? Nós queremos colocar que como falou os outros dois vereadores: as empresas estão sugando a cidade de Cascavel. Ônibus ruins, péssimos, explorando motoristas. Motorista tem que cumprir um horário do Floresta até o terminal em 25 minutos. Eu quero que qualquer um dos senhores pegue o seu veículo particular e faça aquele trajeto do Floresta até o terminal. São doze quebra-molas, 12 semáforos e onde mais para o ônibus onde tem que parar. Faz o trajeto pra você ver quanto tempo você tem que levar. O motorista tem que se desdobrar por fazer esse trajeto porque senão ele é multado. Eu fiz uma lei o ano passado aqui nesta Casa pedindo para derrubar essa multa e não passou porque vão prejudicar as empresas. Então, nós temos que colocar a mão na consciência neste momento através do agente de bordo, dar uma resposta a essas empresas e dizer para elas que aqui tem uma Câmara de vereadores que não vai deixar de pagar o preço porque estão fazendo. Nós precisamos trazer para nossa cidade um transporte de qualidade. Vamos ter uma Avenida Brasil bonita, vamos ter muitas melhorias na nossa cidade. Já falamos e batemos no peito que Cascavel é a metrópole do futuro. Metrópole do futuro com essas empresas de ônibus na qualidade que estão nos dando e o que eles estão fazendo não vai dar certo, não vai encaixar de jeito nenhum. Eu quero colocar que além de Celso Dal Molin e Paulo Porto que são autores do projeto, temos também o Professor Paulino que se encontra aqui no nosso meio e o ex vereador Rui Capelão que fazem parte desse projeto. Pensamos na população, e se alguém falou: "Só querem garantir o emprego de 100 pessoas". Sim. Queremos garantir o emprego de 100 pessoas, não queremos que aconteça para essas pessoas o que aconteceu com outros. Estamos garantindo o emprego dessas pessoas com dignidade e respeito. Queremos que as empresas tenham seu lucro, mas que não venham sugar a população de Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: o interesse é extremamente público como já foi colocado pelos vereadores. Se nosso interesse é público e é o que nós lutamos, nós temos que abranger a maioria. Esse projeto é tão importante que é 30%. Os autores deveriam fazer com 100%, ter muito mais agentes de bordo nos ônibus. Aqui se exclui um grupo de pessoas. Enquanto alguns recebem o agente de bordo aqui no centro, talvez lá no bairro está andando o ônibus sem o agente de bordo. Se o interesse é público, se o interesse é pela coletividade, nós, nesta tarde na condição de vereador desta Casa, precisamos chamar atenção para um aspecto fundamental... (-Um aparte) Pois não. - Vereador Mauro Seibert: Quando o vereador Paulo Porto coloca que essa Casa, os vereadores... gostaria que o senhor respeitasse os vereadores, principalmente eu, não sou em todos porque 30 dias eu trabalhei buscando dados. Então, quando o senhor fala em nome



ESTADO DO PARANÁ

dessa Casa, em nome dos vereadores, o senhor fale em nome do senhor e não em nome da Casa. - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. Fui citado. Só deixar claro que quando falo, falo em nome do meu mandato, é óbvio. - Presidente: Pediria a colaboração dos senhores vereadores. Peço que mantenham o mesmo nível de respeito. - Vereador Mauro Seibert: Queria colocar que estamos trabalhando em cima disso, fizemos visita, olhamos todos, na verdade o sistema tem que ser revisto. Estamos debatendo o veto, não estamos discutindo aqui quando nós estamos ferindo os princípios constitucionais dessa lei da livre iniciativa e da isonomia. Então, eu queria dizer para você, vereador Alécio, que o vereador Paulo Porto fala o que ele quer, mas não dá a parte quando alguém quer falar. Temos que discutir todo projeto, estamos discutindo somente o veto. Vemos o um exemplo de Curitiba, São Paulo recentemente. Quem que vai pagar essa conta? Vai ter aumento independente se vai ter ou não agente. - Vereador Alécio Espínola: O que me alegra é ver o presidente do sindicato puxando as palmas, mostrando que é interesse do sindicato em aprovar essa lei. Falando sobre a coletividade, falando de interesse público, nós não podemos esquecer, neste momento, de mais de 70 mil usuários que usam o transporte coletivo todos os dias e eles não podem pagar essa conta. Por isso, nesta tarde, nós vereadores, não podemos, através de um projeto de lei, criar empregos para uma classe. E assim, se pudéssemos, iríamos nesta tarde criar empregos para advogados, assistentes sociais e tantas pessoas que estão desempregadas. Não podemos pensar de forma pequena. Vi alguns cadeirantes dizendo que não são inválidos, que não precisam de pessoas pra colocá-los dentro de ônibus. Gostaria respeitosamente... - Presidente: Senhores e senhoras, preciso pedir a todos vocês o mesmo respeito que tiveram com o vereador Paulo Porto, Fernando Hallberg, e Celso Dal Molin, que vocês tenham com todos os demais vereadores porque eles estão aqui para colocar a sua opinião, e eu na condição de presidente dessa Casa, tenho que cumprir a nossa Lei Orgânica, nosso Regimento Interno e garantir o direito que cada um dos vereadores têm de se manifestar nessa Tribuna. - Vereador Alécio Espínola: Gostaria de dar uma sugestão para o vereador Celso Dal Molin criar uma empresa porque ele administra com tanta facilidade. Então, essa é minha sugestão e pedir aos vereadores que puderem pra que juntos possamos manter este veto. Muito obrigado. – Presidente: Agradeço aos senhores a manifestação ao final da fala dos vereadores. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Estamos aqui hoje pra debater um veto, um veto que não foi a maioria destes vereadores que aprovou a lei, mas chegamos aqui, deparamos com ela e fomos atrás. Fomos conversar com os donos das empresas, com o pessoal do sindicato, com a população. Conversamos com as pessoas nas ruas pra tomar embasamento no que iremos fazer pela tamanha responsabilidade. E no momento de crise não podemos ser irresponsáveis por causa de um aplauso, grito ou vaia vir aqui comprometer o voto de cada um de vocês porque é um voto importante que vamos dar daqui a pouco e gostaria que cada um de vocês me respeitasse quando estou falando porque respeitei todo mundo que está aqui. Vocês são pessoas esclarecidas, estão aqui porque têm conhecimento. Pensar na população é fazer o que estou fazendo. Encaminhei a esta Casa de leis um projeto que está praticamente pronto



ESTADO DO PARANÁ

onde todos vão poder entrar no ônibus e pagar a passagem com cartão de débito ou crédito. Isso é pensar na população, em quem vem de fora. Não queremos criar um projeto que vai onerar o trabalhador num momento tão difícil, temos que ter responsabilidade. O cobrador é importante, mas passou, não existe mais. O que temos pra votar aqui é um agente de bordo que não tem função dentro do ônibus, não vai receber passagem, não vai receber dinheiro, não tem, só vai fazer peso dentro do ônibus andando pra baixo e pra cima. Temos que votar com coerência e vou votar pela manutenção do veto porque é o que a população está precisando. Não vou me acovardar por grito e vaia porque temos que ter responsabilidade. Era o que tinha. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Estava lendo uma revista esta semana onde os caras no mundo 13,3 trilhões de dólares possíveis de automação. Vindo de Maringá pra cá, vi aquelas máquinas lá, colheitadeiras em 5 horas colheram 500 sacas de soja. Antigamente era com a foicinha. Está indo pra automação 13 trilhões de dólares. É um problema sério. Quando vejo os cobradores, isso vai acabar. Em Maringá não tem mais cobradores, mas neste programa de Cascavel, nesta concessão de Cascavel está o custo dos cobradores lá. As empresas, ou baixam a passagem, daí poderão demitir... Como não demitiram, até foi uma emenda minha que coloquei, como não baixaram a passagem tinham que manter os cobradores e eles desrespeitaram a lei e começaram a mandar embora os caras. Daqui uns dias não vai ter cobrador, mas as empresas terão primeiro que baixar o valor da passagem. Está no contrato. Motorista, cobrador, óleo diesel, óleo lubrificante, pneu. Não adianta vir colocar aqui que vai aumentar a passagem, que isso é mentira. Se tivermos, e eu acredito no prefeito e no presidente da Cettrans, se eles forem ver a planilha de custos, eles falam dizer: "Ha, demitiram tantos cobradores, vamos abaixar o valor da passagem." Por que diminuiu o número de usuários? O ônibus só passa na Paraná, vem um atrás do outro. Por que não passa na Londrina, na Manaus, na 467? É um atrás do outro. Parece burro. Em 30, 40 anos que existem essas empresas não têm concorrência, "está dando lucro, vamos manter." Se passasse ônibus na Rua Londrina, saísse do terminal, vai ter o terminar que vai pra Tupãsi, um sai pela 467 entra por aqui, outro sai pela Manaus... não ia aumentar o número? la aumentar. Mas é confortável. Cascavel tem que ir por outros municípios. Esses bonbachudos que fizeram essa cidade já são ultrapassados. Eles têm que sair da ACIC e ver que a cidade já é grande e que tem alternativa de administração. Em Maringá, estudante não paga passagem, minha menina estuda em escola particular e não vai pagar passagem pra estudar. Aqui paga meia. Se pegar o custo da planilha, está lá o cobrador, se eles não querem cobrador que se abaixe o custo do cobrador por isso vou votar contra o veto. Está lá na planilha, eu concordo que não tenha cobrador no futuro porque é igual vi na revista, falei hoje, antigamente precisava 500 pessoas para colher 1 algueire de soja, hoje uma máquina colhe. Isso é um problema de desemprego do mundo, mas aqui está o custo e eles estão ganhando dinheiro. Então, entre dar para as empresas pra gastar em Uberlândia, eu quero que o empregado gaste aqui em Cascavel mesmo contra a ACIC que ao invés de defender o emprego em Cascavel defende lá em Uberlândia. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Madril. -



ESTADO DO PARANÁ

Vereador Mazutti: Só queria expor a primeira impressão que deu do agente de bordo depois eu falo, só que temos um problema que vem se arrastando há anos em Cascavel porque de um mês para cá quando surgiu a votação do agente de bordo, o que falam? Desde 2010 era para ter uma licitação para novas empresas de ônibus vir trabalhar em Cascavel. Então não teve. Então, acho que em 2010/2011 o pessoal que estava na Câmara já devia ter tomado providência nessa época aí. Aqui na Câmara eu aprendo muitas coisas e todo dia eu aprendo mais. Quando eu vejo o vereador Paulo Porto falando, a gente vê que no colégio, no ensino médio a gente não aprende muito porque eu já li trechos do Karl Marx e do Engels, quer dizer da mais-valia. O patrão sempre vai ter um lucro exagerado sobre o funcionário. Mas deixando de lado e acompanhando esse projeto, em 2015 teve a votação para o agente para catraca eletrônica e depois quando falou do agente de bordo comecei a procurar no Google onde tem agente de bordo. Tem Sorocaba, Belo Horizonte e daí possivelmente teria aqui em Cascavel. Aí você procura algum procedimento de ônibus com catraca eletrônica. Londrina tem. Só que Londrina continuou a catraca eletrônica e alguns trechos continuou o cobrador. E o cobrador quem comprar o cartão ia pagar menos e no ônibus a pessoa ia pagar alguns centavos a mais. Então, o que está acontecendo hoje, nós vereadores 14 novos estamos pegando um problema que já vem se arrastando desde 2010. Aí quando eu vejo o Fernando falando, quando eu vejo do assessor do Fernando são pessoas técnicas, os assessores do Valdecir que são formados em Direito, que são pessoas técnicas. O Pic que trabalha comigo, assessores do Pedro Sampaio são pessoas que foram buscar conhecimento e trazem todo dia para gente. Hoje pela manhã nós fizemos, eu Parra, Olavo e o próprio Fernando a gente fez um projeto de lei para acabar com o bobódramo ali que era para ser o estacionamento das zero às 5:00h. Aí chegou a advogada da Comissão de Justiça e falou: "Madril, agui vai ser errado se vocês fizerem esse projeto que tem que ser do prefeito para os vereadores". Falei: Tá, mas na FAG tem esse estacionamento regularizado e está funcionando. Ela disse: "Mas está errado". Então vamos fazer certo, fazer uma indicação, vamos fazer certo que vai funcionar. Entendo a condição dos trabalhadores e dos empresários. Por exemplo, foram queimados 5 ou 6 ônibus, não tem seguro, os empresários deveriam processar o Estado que é responsável pela segurança. Eles não vão ter prejuízo. Dizem que o Madril divaga e não chega no assunto mas tem muitas coisas que vamos votar aqui, meu voto vou falar depois porque não sou da base do prefeito nem da esquerda, mas tem muita coisa que a gente vai protocolando, via fazendo um bolo de neve. Concordo que temos que ver a situação dessas empresas, a passagem de ônibus, tudo. E a gente tem que começar e por as caras. Não só pegar e ficar, por exemplo, mantemos o veto, derrubamos o veto, o agente de bordo vai ter a função dele, ajudar o cadeirante, deficiente visual daí a população em geral pensa que o agente de bordo vai receber, mas não vai receber. Aí você conversa com o funcionário, o que você acha do agente de bordo? O próprio motorista de bordo fala, se aumentasse 100 reais no meu pagamento estaria bom. Não sou da esquerda nem direito, mas vou votar conforme minha consciência. Obrigado pela atenção. - Presidente: Em votação. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis: Alécio Espínola, Aldonir Cabral, Carlinhos



ESTADO DO PARANÁ

Oliveira, Damasceno Junior, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mauro Seibert, Mazutti, Parra, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara.) (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Bocasanta, Fernando Hallberg, Misael Junior, Olavo Santos e Paulo Porto). – Secretário: 14 votos favoráveis e 6 contrários. - Presidente: Com 14 votos favoráveis e 6 contrários fica mantido o veto total ao Projeto de lei 2/2016. Passamos então para discussão do Projeto de lei Complementar 1/2017 de autoria do Executivo Municipal que altera o Plano Diretor de Cascavel e estabelece diretrizes para o desenvolvimento da cidade e das sedes dos demais distritos administrativos e dá outras frequências relativas ao planejamento e à gestão do território do município nos termos da lei federal 10257/2001 o Estatuto da cidade. Em discussão o Projeto de lei Complementar 1/2017. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis: Alécio Espínola, Aldonir Cabral, Carlinhos Oliveira, Damasceno Junior, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mauro Seibert, Mazutti, Parra, Pedro Sampaio, Policial Madril, Celso Dal Molin, Bocasanta, Fernando Hallberg, Misael Junior, Olavo Santos e Paulo Porto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara.) (Não houve voto contrário). - Secretário: 20 votos favoráveis e nenhum contrário. - Presidente: Com 20 votos favoráveis e nenhum contrário fica aprovado em segunda votação o Projeto de Lei Complementar 1/2017. Passamos agora pra segunda discussão do Projeto de lei nº 5/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o perímetro urbano do distrito São João do Oeste e revoga a Lei Municipal nº 1.217, de 13 de agosto de 1976, e a Lei nº 1.417, de 16 de abril de 1979. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 5/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda votação do Projeto de Lei nº 6/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o perímetro urbano do distrito Espigão Azul. Em discussão. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 6/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 7/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o perímetro urbano do distrito Juvinópolis e revoga a Lei Municipal nº 1.154, de 18 de setembro de 1975. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 7/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 8/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o perímetro urbano do distrito de São Salvador. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 8/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 10/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o perímetro urbano do distrito Rio do Salto e revoga a Lei Municipal nº 3.166, de 04 de dezembro de 2000. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 10/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 12/2017 que estabelece o



ESTADO DO PARANÁ

perímetro urbano do distrito de Sede Alvorada e revoga a Lei Municipal 1474 de 5/12/1979. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 12/2017 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 14/2017 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre o uso do solo do município de Cascavel. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 15/2017 de autoria do Executivo Municipal que estabelece o sistema de parcelamento e unificação do solo para fins urbanos do município de Cascavel e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 16/2017 de autoria do Executivo Municipal que regulamenta os instrumentos de Política Pública. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 17/2017 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre o código de obras do município de Cascavel e dá outras providências. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 18/2017 de autoria do Executivo Municipal que dispõe sobre o sistema viário básico do distrito sede, das sedes dos distritos administrativos e da área rural do município de Cascavel. Em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Temos o ofício de gabinete 083/2017 de autoria excelentíssimo senhor prefeito Leonaldo Paranhos com o seguinte teor: Venho requerer a inclusive de forma urgente do Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operações de crédito com a Agência de Fomento - Paraná SA e dá outras providências nos termos do Artigo 45 da Lei Orgânica Municipal. Para orientação dos vereadores neste momento estamos discutindo apenas o pedido de urgência e não o projeto de lei. Lembrando que aprovado o pedido de urgência esta Casa tem necessariamente o prazo de 30 dias para deliberar o referido projeto de lei. Se for por acaso negado o pedido de urgência fica livre a pauta da presidência. Em discussão o pedido de urgência. Em votação. Os vereadores favoráveis ao pedido de urgência permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pedido de urgência aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Temos os requerimentos. Requerimentos 31, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 50 já lidos nessa sessão. Consulto as lideranças se há consenso na deliberação dos Presentes requerimentos. Havendo consenso coloco então em discussão os requerimentos 31, 33,



ESTADO DO PARANÁ

34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 50. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Todos os requerimentos lidos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Abro mão da palavra. - Presidente: Vereador Mazutti. GRANDE **EXPEDIENTE:** – Vereador Mazutti: Venho falar de uma entidade onde pudemos presenciar a posse da nova diretoria da Amic onde tomou posse o Celso Bevilácqua e seu vice Caio onde o Dr. Jorge que era presidente passou a presidência pra o Jorge Bevilácqua. Na gestão do Dr. Jorge eu fazia parte da diretoria como tesoureiro, e agora na gestão do Celso, faço parte do conselho deliberativo. Quero colocar a importância de termos a sociedade organizada de Cascavel, uma vez que a AMIC possui mais de 2000 sócios, microempresários onde fazem com que a economia do município cresça e a AMIC tem esse papel importante de fomentar as microempresas. As micro empresas geram a maior parte dos empregos do Brasil, então precisa estimular que essas empresas crescam, que o empreendedorismo seja estimulado. As pessoas quando perdem o emprego, buscam alternativas e uma delas é abrir uma empresa. Na Prefeitura tem o Micro empreendedor individual onde você pode abrir uma empresa gastando pouco. É uma das formas que você pode contribuir, então a sociedade deve estimular. Peço aos nobres vereadores que pensemos em fazer com que possamos estimular as microempresas que geram emprego. Mais de 90% dos empregos no Brasil são gerados por micro empresa. Gostaria de deixar registrado meu apreço pela entidade da AMIC a qual faço parte também. - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Como derrubaram nosso projeto, vou abrir mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Eu havia falado que ia fazer algumas ponderações a respeito de casos pontuais nas agências dos Correios de Cascavel e do Estado do Paraná, vou me ater nesse momento até por causa da votação que antecedeu a um pronunciamento, dizer que nesse requerimento nº 40/2017 que foi aprovado há pouco, nós estamos convocando o senhor Cesar Cremer dos Santos, diretor Regional dos Correios do Paraná para que ele possa esclarecer a esta Casa de leis e a população de Cascavel se assim ele, num ato de boa vontade o guiser, sobre o porquê do fechamento do Centro de distribuição Leste da Rua Erechim. Em todos os cantos da cidade de Cascavel as correspondências estão chegando atrasadas. É o SEDEX, o talão de cheque que chega pelo correio, é o cartão de crédito com a fatura do cartão de crédito, a fatura telefônica e assim por diante, mas o que assusta é que as pessoas estão falando: tem que privatizar. A discussão aqui não é privatizar. Se privatizar é bom ou se privatizar é ruim. A questão é que se quiserem privatizar não podem destruir. Não é possível e não podemos permitir que destruam os Correios para privatizar. Se quiser privatizar, nós temos que fazer com que ele se valorize cada vez mais, a começar valorizando os funcionários porque o que estão fazendo aqui, e nesse requerimento a gente pede ao gerente Regional dos Correios no Paraná pra que ele nos informe se lá onde eles querem concentrar os funcionários que estão hoje lá no Centro de distribuição Leste concentrar junto com aquele que está na



ESTADO DO PARANÁ

Rua Carlos Gomes, se lá tem condições de trabalho, se as condições de trabalho obedecem às normas do Ministério do Trabalho, da legislação trabalhista. Assusta porque o Correio dizem que há alguns anos tem dado prejuízo de 2 bilhões, mas eu quero lembrar que aqueles que agora estão falando que o Correio não tem condições de seguir em frente são os mesmos que estão no poder, são os mesmos que estavam lá junto quando começou as denúncias do mensalão. O aparelhamento político está destruindo a Empresa de Correios no Brasil. Isso eu peço aqui aos senhores, que pelo menos àqueles que têm deputado federal, principalmente aqueles que têm as pessoas com muita atuação como é o caso do presidente que tem lá o nobre Giacobo, peça que interceda por nós. O Parra que peça para o Frangão e assim por diante. O PSDB que é muito forte. Aqueles que são realmente do PMDB, aqueles que são do PSD, porque o que está acontecendo nos Correios a verdade é que na próxima sessão eu vou trazer. Parece-me sim que é pensado. "Vamos destruir, vamos sucatear. Aí nós privatizados". Aí quem compra, compra barato. Não estão se importando com os funcionários. Há poucos dias tem um comunicado da Adecap que é a Associação dos profissionais dos Correios aonde fala do terrorismo com os funcionários, do terrorismo onde visam fazer com que a maioria absoluta que puder aderir ao plano de demissão voluntária, o plano de demissão incentivada, estão fazendo terrorismo com os aposentados que continuam trabalhando e não estão aderindo ao PDV. Cadê o respeito com as pessoas? E sabe onde reflete tudo isso? Nas correspondências nossas que não chegam e atrasam, são as empresas que estão nas BRs e não conseguem receber direito a suas correspondências. A situação não diz respeito somente a Cascavel, por isso que eu falo, vamos chamar o diretor regional para explicar a questão de Cascavel, mas é preciso sim que os nossos deputados federais façam alguma coisa, pelo menos isso. Não façam como a pulga e o percevejo quando a gente procura e não vê, mas mostrem alguma ação, não façam só serenata para nós assistirmos, não façam só serenata na Câmara dos deputados e intercedam pelo bem dos Correios. Era isso. Obrigado. – Presidente: Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento, muitas vezes as pessoas podem imaginar: o que tem um vereador ficar falando do Correio? Mas elas esquecem que o vereador é um representante de uma cidade, uma cidade importante do Estado do Paraná, do Oeste Paraná. A voz de um vereador tem a capacidade, tem condição de chegar lá em Brasília cobrando os deputados, levantando uma questão importante. Esta Casa fez assim nos últimos 4 anos. Temas que não eram estritamente de competência do Poder Legislativo Municipal, mas que iniciaram, foi iniciada a discussão aqui em Cascavel e essa discussão teve uma ressonância lá em Brasília. Então, quero parabenizá-lo e que V. Excelência continue essa luta do Correio porque absolutamente acaba atingindo diretamente a vida de todo o cidadão, não tem um cidadão que não seja atingido pelo Correio até porque temos um monopólio no Brasil. Um dos poucos monopólios ainda existentes no Brasil é a questão dos Correios. Agora vamos ouvir o vereador Paulo Porto que nesse momento está dando entrevista, então perder a sua palavra então vamos ouvir o Vereador Jaime Vasatta. - Vereador Jaime Vasatta: O que me traz a Tribuna hoje é um fato que a gente vem da legislatura passada, como eu participava da comissão de agricultura e ambiente a gente vinha acompanhando uma



ESTADO DO PARANÁ

situação no Lago Municipal. Mas como agora o Presidente me deixou fora da comissão de Meio Ambiente... mas está bem representada aqui pelo Mizael Júnior, Mauro Seibert e Josué de Souza. Acho que é importante nós acompanharmos uma situação que vem se arrastando há muito tempo. Até se a técnica tiver as imagens gostaria que colocasse pra gente pra gente acompanhar uma situação. Vou explicar: Aí é a região aonde se depositava todo o resíduo retirado do Largo municipal. Isso é o que está hoje lá. Essa foto foi tirada agora essa semana. Nessa área era depositado resíduo e aquela maquiagem feita pela Sanepar há uns 2, 3 anos atrás, aquele desassoreamento que não existiu, aquilo foi só pra enganar mesmo. Parte desse material foi depositado. Estão depositando lixo. Esse material foi retirado, segundo a empresa que estava fazendo esse trabalho, foi depositado numa empresa onde tinha que descontaminar este material que até hoje não foi provado se foi descontaminado ou não. E era pra recuperar essa área e até hoje não foi feito. Segundo técnicos este material está contaminado, mas mesmo dizendo que estava contaminado, a pesca livre saiu. Acho que tem alguma coisa que não está batendo. Se estava contaminado este resíduo, a água e os peixes também estão contaminados. Mas o que me deixa mais preocupado é que essa área está desse jeito, as pessoas continuam jogando lixo, está há 50 metros do parque ambiental Paulo Gorski. Gostaria de passar isso pra Comissão de agricultura e meio ambiente. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Mauro Seibert: Muito bem lembrado pelo senhor, e inclusive numa dessas reuniões eu estava como funcionário da Secretaria de agricultura e parte deste material que foi depositado nessas lonas, que na verdade deixavam a água escorrer e deixavam o barro. Inclusive, um funcionário do Estado falou que no futuro esse material poderia ser utilizado, inclusive como composto orgânico pra adubação de nossos canteiros. Agora vem uma empresa e fala que é contaminado. Não vi esse laudo. Gostaria que o senhor encaminhasse pra nossa comissão que vamos analisar. Obrigado. – Vereador Jaime Vasatta: Vou falar agora sobre a estação elevatória da rede de esgoto que está a 50 metros do Lago Municipal. Essa foto passa por baixo da ciclovia do lago e está mais ou menos a 10 metros da água. Isso é um escape porque essa estação elevatória trabalha com 2 motores. Um a energia elétrica e um a óleo diesel. Na hora ser de pico que tem maior consumo de água após as 6:00 horas da tarde esses motores às vezes não suportam a carga, e a que acontece? Esse esgoto é um escape para não encher a casa de máquinas dessa estação elevatória. Então, para não queimar os motores se joga o esgoto para dentro do lago. Para quem perceber e estiver andando na ciclovia do lago próximo as 9:00, 10:00 da noite vocês vão perceber o mau cheiro que tem no fundo do Lago Municipal próximo ao zoológico. Faz mais de dois anos que era para desativar essa estação elevatória. Participei de uma audiência pública lá no bairro Caravelle há mais de dois anos e infelizmente não aconteceu. Cascavel não tem grandes rios. A única reserva de água que nós temos é o Lago Municipal, e se acontecer um acidente como aconteceu há pouco tempo atrás, Cascavel ficou mais de uma semana sem água, é preocupante porque a estrutura que foi feita lá para aumentar a capacidade de esgotamento daquela região do lago não está funcionando direito. Infelizmente fizeram um erro. Não está indo o esgoto para a outra estação lá próxima da BR. Precisamos mais essa informação porque realmente é



ESTADO DO PARANÁ

preocupante. Vou dizer uma coisa para vocês, é uma tragédia sendo anunciada. Ali é um condomínio próximo do Lago, esgoto indo para galeria. Também a 20, 30 metros do lago. Essa é a casa de máquinas. Você pode ver do lado esquerdo ali tem os motores. E essa área era pra ser destinada pra uma associação de moradores, se não me engano do Jardim Caravelle, mas está ali, ela funciona, mas com essa situação que quando acumula o excesso de esgoto acaba indo para o Lago Municipal. É preocupante. Eu vejo também e até gostaria de falar para o vereador Madril e os demais em que fazem parte da Comissão de segurança e trânsito, nós temos um problema sério na região do lago que é o transporte de cargas perigosas naquela região. É tanque de combustível, caminhão de gás, uma série de coisas que se acontecer um acidente Cascavel vai ficar sem água pra muito tempo. Acho que deveria pensar, de repente fazer uma indicação, uma lei proibindo o transporte de carga perigosa na região do lago. Vou passar essas informações e tenho uma série de documentos pra essa comissão pra estudar e podem contar comigo. Obrigado. – Presidente: Vereador Jaime Vasatta, quero apenas justificar sua ausência na Comissão de meio ambiente justamente pra fortalecer a comissão porque V. Excelência é membro de honra da comissão. Temos hoje na comissão os 3 vereadores e mais o vereador Jaime Vasatta pelo seu conhecimento tão profundo na questão do meio ambiente. - Presidente: Com a palavra vereador Fernando Hallberg. -Vereador Fernando Hallberg: Que bom se todas as sessões da Câmara fossem cheias assim. Alguém agui já abriu uma empresa? A gente sabe da dificuldade que tem para conseguir regulamentar, bombeiros, alvará... tamanha é a burocracia que a Prefeitura cobra. Confesso que semana passada, fiquei abismado. Até achei que pudesse ser um pouco desorganizada a última gestão, mas agora parece desde 2012 sem alvará a Acesc? É uma piada uma autarquia municipal não ter alvará ainda mais há 5 anos. Parece que se brinca de gestão, é inadmissível isso, é assinar um atestado de incompetência. Nem é incompetência, é o básico do básico qualquer empresa ter um alvará. Ninguém, nenhuma pessoa consegue abrir uma empresa e emitir nota fiscal se não tiver alvará, e quem dá o exemplo é quem cobra, quem fiscaliza, e aí uma autarquia municipal não tem alvará. Na atual situação do país nem sei se é tão absurda. Mais que isso, o que não pode é dar uma desculpa esfarrapada que em Campo Largo é dominada pela iniciativa privada no translado dos corpos. Então, agora a exceção tem que ser a regra? Citaram meia dúzia de exemplos, mas quantas pessoas de Cascavel morrem em hospitais de fora? Será que os 5 exemplos que deram ali são suficientes? Porque 5 cidades não seguem a regra, porque é regra. A empresa para liberar um corpo tem que verificar se tem alvará, se não tem, porque há cuidados que têm que ser tomados, e o alvará significa dizer que esses cuidados estão sendo tomados, significa que há prevenção de incêndio, que todas as normas foram cumpridas... (-Um aparte) Pois não. - Vereador Celso Dal Molin: Só pra colocar junto nos seus quadros de não ter alvará, Procon não tem alvará, Antidrogas não tem alvará, a saúde não tem alvará e a Assistência social não tem alvará. O mais grave é o Procon que está aqui, o outro governo trouxe todas essas secretarias pra cá, todas sem alvará. Inclusive pedi informações sobre isso e até agora nada. - Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Mazutti: As empresas em geral vivem um dilema muito



ESTADO DO PARANÁ

grande na questão da burocracia dos alvarás e foi uma surpresa muito grande você ter descoberto essa questão dos alvarás porque muitas vezes o município cobra das empresas adequações, por exemplo, nas oficinas mecânicas que tem que ter banheiro pra o cadeirante, tudo alinhadinho e muitas vezes vemos na saúde pública, por exemplo, no bairro Morumbi, onde não tem acesso ao cadeirante, às pessoas com dificuldade. Primeiro a prefeitura tem que dar exemplo. Temos a dificuldade pra conseguir os alvarás principalmente a questão dos banheiros que é uma exigência muito grande e a vigilância sanitária também faz com que dificulte o trabalho e as empresas acabam desistindo, muitas vezes, do negócio justamente pela demora em conseguir o alvará. - Vereador Fernando Hallberg: Conte comigo, Mazutti, quando for ter projetos de lei pra acabar com essa burocracia e facilitar a vida das empresas que é quem leva Cascavel pra frente. Obrigado. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilsa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário